



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

## SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA PRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 07/04/2026

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado relatou ter participado do aniversário de Matina, na Bahia, onde registrou sucessivas quedas de energia durante eventos públicos, incluindo atividades esportivas, religiosas e apresentações musicais. Informou que a instabilidade no fornecimento, atribuída à Coelba, já ocorria há mais de um ano e voltou a comprometer a programação, levando moradores a deixarem o local. Ressaltou que a Prefeita Olga Gentil já havia feito solicitações sem resposta efetiva. Também apontou prejuízos na zona rural de Matina (BA) e de Pindaí (BA), onde produtores enfrentaram dificuldades para operar equipamentos essenciais. Solicitou providências e cobrou atuação do Ministério de Minas e Energia diante da situação.

**Zé Silva (UNIÃO - MG)** - O Deputado criticou a importação de leite e derivados no Brasil. Argumentou que a entrada do produto, com triangulação via Argentina e Uruguai, ampliava a oferta no mercado interno e impactava produtores nacionais, em especial da agricultura familiar. Destacou que a medida buscava suspender as importações até a conclusão de investigação sobre prática de *dumping*. Também comunicou o lançamento de abaixo-assinado digital para pressionar o Poder Executivo a adotar a medida.

**Welter (PT - PR)** - O Deputado defendeu o fortalecimento do setor de leite. Também abordou a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Informou que a proposta buscou assegurar recursos para melhorar a cooperação entre União, Estados e Municípios. Mencionou diálogo com ministérios e defendeu entendimento entre lideranças para viabilizar a aprovação, com previsão de ampliação gradual do orçamento a partir de 2027, com foco no atendimento à população em situação de vulnerabilidade.

**Alberto Fraga (PL - DF)** - O Deputado informou que permaneceu no PL após o encerramento da janelada partidária, destacando acordo com a direção da legenda para apoiar a candidatura de José Roberto Arruda ao Governo do Distrito Federal. Citou obras realizadas em gestões anteriores como justificativa para o apoio. Também criticou a condução de obras públicas atuais e mencionou investigações envolvendo o Banco Master e o BRB, apontando aumento no valor do rombo divulgado. Afirmou esperar apuração dos fatos e cobrou atuação da Justiça, além de comentar a ausência de investigado em sessão de CPI realizada naquele dia.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado defendeu a realização de eleições diretas para o Governo do Estado do Rio de Janeiro, afirmando que a escolha indireta pela Assembleia Legislativa não representaria a vontade popular. Criticou a possibilidade de decisão pela Alerj e citou investigações envolvendo parlamentares estaduais. Também propôs a realização de um único processo eleitoral ainda no ano, com manutenção de um Governador interino até a posse do eleito. Informou que a medida buscava assegurar a escolha do novo chefe do Executivo pelo voto direto e garantir a condução administrativa do Estado após o pleito.

**Pastor Henrique Vieira (PSOL - RJ)** - O Deputado defendeu a realização de eleições diretas no Estado do Rio de Janeiro para escolha do novo Governador. Citou sucessivos afastamentos e investigações envolvendo gestores estaduais nas últimas décadas e associou esses episódios a grupos políticos que governaram o Estado. Também mencionou denúncias e decisões judiciais relacionadas a lideranças recentes, além de questionar a possibilidade de eleição indireta pela Assembleia Legislativa. Argumentou que o processo direto garantiria participação popular na definição do novo chefe do Executivo e acompanhou o debate em curso no Supremo Tribunal Federal sobre o modelo de escolha para o mandato.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado respondeu a declarações sobre o cenário político no Rio de Janeiro e citou o processo de eleição para a Presidência da Assembleia Legislativa. Afirmou que o PSOL apoiou a escolha de Rodrigo Bacellar, destacando que a votação ocorreu por unanimidade, com 70 votos favoráveis. Também ressaltou que o Partido Novo não participou desse apoio, uma vez que não possuía Deputados Estaduais eleitos. Utilizou o episódio para diferenciar a posição de seu partido em relação a outras legendas no contexto político estadual.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado registrou a celebração dos 216 anos de emancipação política de Caetité, na Bahia. Destacou a relevância histórica e cultural da cidade, citando sua ligação com nomes como Anísio Teixeira e o ex-Deputado Federal Prisco Viana. Também mencionou lideranças locais, como o atual Prefeito Valtércio Aguiar, além de ex-gestores e representantes do Legislativo municipal. Ressaltou a importância de Caetité (BA) para a educação e a cultura da região e homenageou a população local pela data comemorativa, reconhecendo a trajetória e a contribuição do Município ao longo dos anos.

**Valmir Assunção (PT - BA)** - O Deputado destacou a expectativa de profissionais da assistência social pela votação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, que altera a Constituição Federal para garantir recursos mínimos para o financiamento do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Explicou que a proposta previa a destinação de 1% da receita corrente líquida da União para o setor, com o objetivo de fortalecer o financiamento das políticas públicas e reconhecer o trabalho dos profissionais que atuam junto à



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

população em situação de vulnerabilidade. Afirmou esperar que a matéria fosse pautada e apreciada na semana, e defendeu a mobilização dos Parlamentares para sua aprovação, ressaltando a importância da medida para a estruturação da assistência social no País.

**Jorge Solla (PT - BA)** - O Deputado registrou a comemoração da emancipação do Município de Dom Basílio, na Bahia, destacando ações nas áreas de saúde e infraestrutura realizadas em parceria com a gestão local. Mencionou lideranças municipais e ressaltou a colaboração entre o Prefeito, o Governo estadual e o Governo Federal. Também parabenizou o Município de Caetité (BA) pelo aniversário, citando representantes locais. Afirmou que o País vivia um período de retomada de políticas públicas, com iniciativas voltadas à habitação, energia e geração de emprego, e associou essas ações à atuação do Governo Federal, destacando impactos na melhoria das condições de vida da população.

**Flávio Nogueira (PT - PI)** - O Deputado destacou o sobrevoo da missão Artemis II ao lado oculto da Lua, ressaltando sua importância científica e histórica. Explicou que o chamado “lado escuro” da Lua recebe luz solar e que o fenômeno ocorre devido à sincronia entre os movimentos de rotação e translação da Lua em relação à Terra. Criticou a postura do Presidente Donald Trump que não valorizou o avanço científico e priorizou ações bélicas e interesses econômicos, como o petróleo. Afirmou que os brasileiros devem reconhecer a ciência e a inteligência internacional quando contribuírem para a humanidade, destacando o valor do conhecimento científico acima de conflitos e interesses militares.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado destacou a aprovação, pela Câmara, de Projeto de Lei nº 743, de 2023, que altera os arts. 10 e 11 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para possibilitar o transporte escolar de alunos e professores. Ressaltou que o transporte contribui para a segurança, disciplina e boas práticas durante o trajeto. Apontou problemas em algumas localidades, em que os veículos passam longe das casas dos estudantes, exigindo deslocamentos de 1 a 2 quilômetros, especialmente em dias de chuva. Pediu aos Prefeitos e Secretários de Educação que promovam um transporte escolar mais inclusivo e próximo das residências, garantindo que alunos do interior possam acessar as escolas com segurança e apoio, lembrando sua própria experiência estudando em escolas rurais isoladas.

**Geovania de Sá (PSDB - SC)** - A Deputada destacou a conclusão do trecho da BR-285 na Serra da Rocinha, em Santa Catarina, ressaltando que a obra vai interligar o Rio Grande do Sul e a outros países da América do Sul. Apontou que a finalização do trecho vai reduzir distâncias, impulsionar o turismo, gerar emprego e renda, e promover desenvolvimento social e econômico na região. Relatou que acompanhou a obra desde 2015,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

fiscalizando a construção e a contenção da serra. Além disso, comentou sua participação em convenção da Igreja Evangélica Só o Senhor é Deus, em Maringá, Paraná, destacando o trabalho social das igrejas e a importância de levar esperança, fé e transformação às comunidades onde a presença do poder público é limitada.

**Prof. Reginaldo Veras (PV - DF)** - O Deputado registrou a mobilização de diversas categorias profissionais do Distrito Federal em frente ao Palácio do Buriti, cobrando promessas não cumpridas pelo Governo local. Destacou a carreira de Políticas Públicas e Gestão Educacional (PPGE), que teve reivindicações de gratificação de titulação ignoradas. Também mencionou a Polícia Penal, que busca equiparação com a Polícia Civil, assegurada pela Constituição, mas que não foi atendida pelo Governo. Afirmou que o descumprimento de compromissos compromete a credibilidade das autoridades e enfatizou a necessidade de honrar promessas feitas aos profissionais da educação e da segurança, apontando a omissão do Executivo local como um exemplo de desonra institucional.

**José Airton Félix Cirilo (PT - CE)** - O Deputado destacou a aprovação do Projeto de Lei nº 2.614, de 2024, que aprova o Plano Nacional de Educação para o decênio 2024-2034. Ressaltou que o plano, enviado pelo Presidente Lula, estabelece 19 objetivos, 73 metas e 372 estratégias, organizados em três pilares: acesso, qualidade e equidade. Informou que o PNE busca garantir a universalização da educação, valorização dos profissionais e melhoria do aprendizado em todas as etapas, da educação infantil ao ensino superior. Recordou experiências em Icapuí, Ceará, como prefeito, na implementação do Custo Aluno-Qualidade e do piso municipal da educação. Também cumprimentou o trabalho do Superintendente da Conab no Ceará, Daniel Barboza, pelo compromisso com a gestão pública e sensibilidade social.

**Bibo Nunes (PL - RS)** - O Deputado criticou o Governo Lula, afirmando que adota políticas assistencialistas que considera prejudiciais ao País. Destacou o programa Pé-de-Meia, que concede auxílios financeiros a estudantes, e questionou a gestão do projeto, alegando que o número de beneficiários supera o número de alunos inscritos, incluindo mortos. Comparou a situação com dados do IBGE, citando a controvérsia envolvendo o ex-Presidente do órgão, Marcio Pochmann, e afirmou que os programas e dados do Governo refletem um desgoverno. Reforçou sua crítica ao modelo de políticas sociais do Executivo, defendendo que a educação e a frequência escolar deveriam ocorrer naturalmente, sem a necessidade de incentivos financeiros.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado celebrou os 63 anos de emancipação política do Município de Malhada, na Bahia. Participou das comemorações ao lado do Prefeito Dr. Gimmy, do Vice-Prefeito Manoel Rufino, do ex-Prefeito Dezin e de vereadores locais. Destacou a importância da parceria entre a administração



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

municipal, o Governo do Estado e o Governo Federal para viabilizar obras e projetos na cidade. Ressaltou que Malhada (BA) é uma cidade histórica, localizada às margens do Rio São Francisco, e elogiou o trabalho do Prefeito e de toda a equipe de gestão, além de reconhecer o esforço e a dedicação da população local. Reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento do município e parabenizou a comunidade pelos 63 anos de emancipação.

**Luiz Couto (PT - PB)** - O Deputado destacou a importância do Abril Vermelho como período de memória e reflexão sobre a reforma agrária no Brasil. Lembrou os 30 anos do massacre de Eldorado do Carajás, no Pará, quando 21 trabalhadores rurais foram mortos, e afirmou que o episódio simboliza a violência histórica do campo e a desigualdade no acesso à terra. Defendeu que a democracia plena depende do acesso à terra, ao crédito e à assistência técnica para agricultores. Reconheceu avanços recentes do Governo do Presidente Lula na agricultura familiar, mas ressaltou que a dívida histórica com o povo do campo permanece. Concluiu que a reforma agrária é uma exigência moral e tarefa civilizatória para o País.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado repudiou as declarações do Presidente Donald Trump, que afirmou: "Uma civilização inteira morrerá esta noite". Classificou a fala como perigosa e infeliz, ressaltando que a condenação não depende de alinhamento ideológico, mas do princípio humanitário e civilizatório. Argumentou que, caso líderes como Xi Jinping ou Vladimir Putin tivessem feito declarações similares sobre Israel, o Parlamento reagiria de forma unificada. Destacou que Trump se dirigiu aos iranianos e não apenas aos líderes do regime, e afirmou que o Parlamento não poderia permanecer em silêncio diante de uma ameaça que atinge diretamente um povo.

**Valmir Assunção (PT - BA)** - O Deputado lembrou que, no dia 17, completaram-se 30 anos do Massacre de Eldorado dos Carajás (PA), em que 21 trabalhadores sem terra foram assassinados. Anunciou que, no dia 8, o MST da Bahia organizou uma grande caminhada de Feira de Santana (BA) a Salvador (BA), com a participação de cerca de 2 mil sem terra. Informou que o movimento apresentou à sociedade e aos governos estadual e federal uma pauta de reivindicações voltada à reforma agrária, incluindo crédito, infraestrutura, água e educação. Ressaltou que o objetivo da mobilização foi valorizar a reforma agrária e fortalecer a produção de alimentos para o País, mantendo viva a memória e a busca por justiça das vítimas do massacre.

**Marcon (PT - RS)** - O Deputado reafirmou apoio ao Sistema Único de Saúde (SUS), destacando que o sistema atende cerca de 90% da população brasileira. Mencionou o Programa Agora Tem Especialista, que amplia o acesso a consultas, exames e cirurgias por meio de hospitais públicos e filantrópicos, com pagamento superior à tabela do SUS, contribuindo para reduzir filas, especialmente no Rio Grande do Sul.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

Informou ainda que está em diálogo com o Ministério da Saúde para criar uma iniciativa semelhante voltada a agricultores familiares, incluindo pequenos produtores, assentados, quilombolas, indígenas e pescadores, com o objetivo de acelerar o atendimento dessa população.

**Coronel Assis (PL - MT)** - O Deputado apresentou e deu boas-vindas a três jovens de Cuiabá (MT), integrantes do PL Jovem, que visitavam a Câmara dos Deputados. Destacou que a participação da juventude na política é importante, afirmou que os jovens representam o futuro do país e defendeu a necessidade de atuação política com consciência, honestidade e compromisso para o desenvolvimento do Brasil.

**Marcelo Crivella (REPUBLICANOS - RJ)** - O Deputado lamentou a morte do bispo Jodenir, destacando sua trajetória de mais de 40 anos na Igreja Universal do Reino de Deus (IURD). Ressaltou sua atuação religiosa e política, afirmando que teve conduta exemplar, dedicação à fé e vida simples, sem bens materiais. Por fim, prestou solidariedade à família e afirmou que o legado deixado foi de fé, devoção e exemplo cristão.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado solicitou a realização de um minuto de silêncio na Câmara dos Deputados pelo falecimento do bispo Jodenir. Na oportunidade, lembrou que o religioso teve relevância não apenas na Igreja Universal, mas também em toda a comunidade evangélica do Brasil.

**Merlong Solano (PT - PI)** - O Deputado afirmou que o Governo Federal anunciou medidas para conter o aumento dos combustíveis, incluindo a ampliação do subsídio ao diesel e o envio de projeto de lei para punir preços abusivos. Atribuiu os aumentos às distribuidoras e postos, que estariam usando a guerra no Oriente Médio como justificativa, e criticou a privatização de ativos da Petrobras em Governos anteriores. Por fim, defendeu o fortalecimento da Petrobras e a retomada do controle estatal sobre o setor de combustíveis como forma de garantir segurança econômica e nacional.

**Dandara (PT - MG)** - A Deputada criticou a gestão do Governador Romeu Zema, apontando aumento da dívida do Estado e concessão de benefícios fiscais a empresas, sem transparência. Afirmou que há contradição entre a alegação de falta de recursos e o aumento do próprio salário do Governador, além de baixos salários pagos a professores. Por fim, descreveu a situação da educação em Minas Gerais, com descumprimento do piso salarial, greves e perdas salariais, e defendeu a responsabilização de gestores que não cumprem a legislação.

**Rafael Fera (PODE - RO)** - O Deputado criticou o Governador de Rondônia, Coronel Marcos Rocha, acusando-o de não aderir a programa federal de subsídio ao diesel, o que pode elevar o preço dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

combustíveis no Estado. Além disso, afirmou que o aumento impacta diretamente o custo de vida, como alimentos e medicamentos. Por fim, acusou o Governador de não cumprir promessas, especialmente na área da saúde, e declarou que continuará fazendo críticas à sua gestão.

**Silvia Cristina (PP - RO)** - A Deputada homenageou o Dia do Jornalista, destacando a importância da profissão na garantia de informação com ética, responsabilidade e compromisso com a verdade. Além disso, ressaltou o papel dos jornalistas no combate à desinformação e às *fake news* e mencionou sua própria trajetória na área, afirmando ter atuado com seriedade. Por fim, parabenizou os profissionais do Brasil e da Câmara dos Deputados pela data.

**Sidney Leite (PSD - AM)** - O Deputado criticou o ex-Governador do Amazonas, Wilson Lima, afirmando que ele renunciou ao cargo após ter anunciado que não o faria. Acusou a gestão de falhas graves na educação, como falta de merenda, transporte escolar, estrutura inadequada e ausência de pagamento a profissionais, além de não ter entregue escolas com recursos próprios. Por fim, mencionou problemas na saúde e denúncias de corrupção, defendendo investigação por órgãos de controle e afirmando que o Governo Estadual deixou prejuízos à população, especialmente na educação.

**Carlos Zarattini (PT - SP)** - O Deputado afirmou que o Governo Federal adotou medidas para reduzir o impacto da guerra no Oriente Médio sobre os preços dos combustíveis no Brasil, incluindo redução de impostos e articulação com Estados para diminuir o Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS). Além disso, defendeu ações contra aumentos abusivos por distribuidoras e postos e sugeriu atuação de órgãos como Polícia Federal (PF) e Receita Federal. Por fim, criticou privatizações no setor de energia e defendeu a reestatização de ativos da Petrobras, como distribuidoras, refinarias e fábricas de fertilizantes, visando garantir autonomia e controle estratégico ao país.

**Tadeu Veneri (PT - PR)** - O Deputado lembrou a prisão de Luiz Inácio Lula da Silva há oito anos, destacando que ele permaneceu preso por 380 dias. Afirmou que o Presidente Lula manteve sua dignidade durante o período, recusou prisão domiciliar e sempre declarou sua inocência. Por fim, criticou o ex-juiz e Senador Sergio Moro, mencionando sua atuação no caso e posterior entrada na política.

**Alencar Santana (PT - SP)** - O Deputado condenou a ameaça dos Estados Unidos contra o Irã, classificando-a como barbárie e um ataque à humanidade, motivado por interesses econômicos e pela tentativa de demonstrar poder global. Afirmou que uma eventual ação teria impactos para todo o mundo e criticou a



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

postura de brasileiros que apoiam esse posicionamento, mencionando o Senador Flávio Bolsonaro como exemplo de alinhamento aos interesses norte-americanos. Por fim, explicou que condenar essa atitude não significa apoiar o Governo iraniano nem ser contra o povo dos Estados Unidos, mas sim defender a paz, o respeito entre os povos e a preservação da civilização.

**Murillo Gouvea (UNIÃO - RJ)** - O Deputado abordou a crise política no Estado do Rio de Janeiro e manifestou apoio ao Presidente do Tribunal de Justiça, o Governador interino Ricardo Couto, destacando sua atuação sem perseguições e com equilíbrio. Ressaltou as dificuldades enfrentadas pelo Estado, especialmente na segurança pública, e pediu atenção ao interior, incluindo melhorias nas estradas e apoio ao escoamento da produção rural. Por fim, reforçou o apoio institucional ao Governador interino e solicitou que priorize as demandas dos Municípios do interior.

**Delegado Marcelo Freitas (UNIÃO - MG)** - O Deputado criticou decreto presidencial que criou uma área de reserva de desenvolvimento sustentável (RDS) no norte de Minas Gerais. Afirmou que a medida prejudica o desenvolvimento econômico da região, limitando a produção, a geração de renda e o uso do território em Municípios como Rio Pardo de Minas (MG), Serranópolis de Minas (MG) e Riacho dos Machados (MG). Por fim, defendeu a apresentação de um projeto de decreto legislativo para sustar o decreto, argumentando que a iniciativa reduz a capacidade de crescimento econômico local.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado destacou a importância da eleição para Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), defendendo que o escolhido tenha qualificação técnica em áreas como direito, economia, contabilidade e administração pública. Em seguida, mencionou denúncias envolvendo o Banco Master e afirmou que há questionamentos sobre a atuação e o patrimônio de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), especialmente Alexandre de Moraes e Dias Toffoli. Por fim, defendeu que haja investigação sobre o caso e afirmou que autoridades públicas devem dar exemplo de moralidade, sugerindo que a conduta de membros do Judiciário influencia a confiança nas instituições.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado defendeu a reestatização de ativos da Petrobras, como refinarias, distribuidoras e unidades de fertilizantes, afirmando que o tema deve ser tratado como questão de soberania nacional, e não ideológica. Argumentou que a privatização desses setores reduziu a capacidade de controle do mercado pelo Estado, impedindo que reduções de preços cheguem ao consumidor final. Por fim, também destacou a dependência do Brasil da importação de fertilizantes e afirmou que a retomada do controle estatal é necessária para garantir interesses estratégicos do país.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Dr. Zacharias Calil (UNIÃO - GO)** - O Deputado relembrou o acidente com o céσιο-137 em Goiânia (GO), destacando que foi o maior desastre radiológico fora de uma usina nuclear e causou graves impactos humanos, sociais e institucionais. Relatou sua experiência direta no episódio e ressaltou a atuação do então Governador Henrique Santillo na coordenação da resposta emergencial diante da falta de protocolos. Além disso, mencionou avanços recentes do Governo Estadual no reconhecimento das vítimas, como o reajuste de pensões, e afirmou que a tragédia poderia ter sido evitada, defendendo a preservação da memória como forma de reforçar a responsabilidade pública e a proteção da sociedade.

**José Nelto (UNIÃO - GO)** - O Deputado denunciou o aumento da violência nas rodovias federais e estaduais do país. Apontou que parte dos acidentes está relacionada a motoristas de caminhão dirigindo sob efeito de álcool ou drogas, além de condutores de carros de passeio em alta velocidade. Por fim, fez um apelo à Polícia Rodoviária Federal (PRF) para intensificar a fiscalização, inclusive com uso de tecnologia, a fim de reduzir acidentes e preservar vidas.

**Silvia Cristina (PP - RO)** - A Deputada celebrou os três anos de funcionamento do Hospital de Reabilitação, o DREAM Hospital de Amor na Amazônia, localizado em Porto Velho (RO). Na oportunidade, disse que a unidade já realizou mais de 88 mil atendimentos e 354 mil procedimentos, oferecendo serviços de reabilitação física, auditiva e intelectual. Por fim, ressaltou investimentos superiores a 60 milhões de reais, a implantação de tecnologia avançada e a criação de uma oficina de próteses e órteses, afirmando que o projeto ampliou o acesso ao tratamento no próprio Estado.

**Geraldo Resende (PSDB - MS)** - O Deputado fez uma prestação de contas de sua atuação na área da saúde no Estado de Mato Grosso do Sul, em Municípios como Campo Grande (MS) e Três Lagoas (MS). Destacou a ativação do Hospital Regional de Dourados (MS), a construção do Hospital da Criança e do Adolescente com Deficiência e a implantação de Unidades Básicas de Saúde (UBS). Por fim, mencionou investimentos em equipamentos para tratamento de câncer e projetos de expansão da radioterapia, afirmando seu compromisso com o fortalecimento do Sistema Único de Saúde (SUS).

**Ricardo Maia (MDB - BA)** - O Deputado registrou os 67 anos de emancipação política de Araci (BA). Destacou que recebeu apoio eleitoral no Município e descreveu a população como trabalhadora e ligada à agricultura familiar. Em seguida, cobrou melhorias na saúde, com a implantação de hospital estruturado, além de avanços em infraestrutura. Criticou a gestão local por priorizar a manutenção do poder, em detrimento da prestação de serviços públicos e da dignidade da população. Também relatou situações de pobreza, falta de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

moradia e insegurança. Por fim, mencionou a trajetória política familiar e reafirmou compromisso com o desenvolvimento do Município e com as demandas da população.

**Afonso Hamm (PP - RS)** - O Deputado destacou a relevância da semana para a securitização e prorrogação do prazo para pagamento das dívidas dos agricultores. Informou que atuou como Relator do Projeto de Lei nº 5.122, de 2023, aprovado na Câmara, após articulação com entidades do setor agropecuário de diversas regiões do País. Em seguida, defendeu a aprovação da matéria no Senado, com o uso de recursos do Fundo Social para viabilizar o apoio aos produtores. Ressaltou ainda que a proposta previa prazos ampliados para pagamento, diante de perdas causadas por estiagens e enchentes, especialmente no Rio Grande do Sul, e reforçou o compromisso dos produtores em honrar suas obrigações.

**Dr. Daniel Soranz (PSD - RJ)** - O Deputado alertou para a decisão iminente do Supremo Tribunal Federal sobre o futuro político do Estado do Rio de Janeiro. Além disso, defendeu a realização de eleição direta como medida para assegurar a legitimidade do processo eleitoral e evitar o uso da máquina pública para fins políticos. Também criticou a utilização de recursos públicos, incluindo o Fundo Estadual de Saúde, com objetivos eleitorais e apontou ausência de resultados em áreas essenciais. Em seguida, destacou que a manutenção de estruturas de poder comprometeria a transparência e a lisura das eleições. Por fim, expressou expectativa de que a decisão permita à população escolher o próximo Governador.

**Padre João (PT - MG)** - O Deputado denunciou ameaças dos Estados Unidos ao Irã e criticou a postura do Presidente norte-americano, apontando incoerências na justificativa sobre armas nucleares. Além disso, relembrou a adesão iraniana a tratados internacionais e o histórico de cooperação com os próprios Estados Unidos no uso pacífico da energia nuclear. Também destacou sanções, conflitos e ações militares ao longo das décadas, com impactos sobre a população civil. Em seguida, abordou recente debate no Conselho de Segurança da ONU sobre o Estreito de Ormuz, ressaltando o veto de China e Rússia ao uso da força. Por fim, criticou a atuação de organismos internacionais diante dos conflitos e defendeu maior responsabilização nas decisões globais.

**Beto Preto (PSD - PR)** - O Deputado informou a reassunção do mandato na Câmara dos Deputados, após período à frente da Secretaria de Estado da Saúde do Paraná. Além disso, registrou que exerceu a função no Governo estadual, destacando a experiência acumulada na área da saúde pública. Também expressou expectativa positiva com a retomada das atividades parlamentares. Em seguida, agradeceu à bancada do PSD pelo acolhimento e apoio no retorno à Casa. Por fim, sinalizou disposição para contribuir com os trabalhos legislativos a partir da nova fase no mandato.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Dr Flávio (PL - RJ)** - O Deputado registrou a presença de lideranças políticas do Estado do Rio de Janeiro no Plenário, com destaque para representantes da Baixada Fluminense e da região Sul Fluminense. Além disso, mencionou ex-Vereadora Aline e o ex-Vice-Prefeito João Ailton, ambos do Município de Paracambi (RJ). Também citou o Vereador Enéas Nogueira, da cidade de Mendes (RJ), reconhecendo a atuação local dessas lideranças. Em seguida, destacou a importância da participação dessas representações políticas no ambiente legislativo.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado lembrou o ataque à Escola Municipal Tasso da Silveira, ocorrido em 2011, no Rio de Janeiro, destacando o impacto da tragédia que vitimou estudantes e marcou a sociedade. Ademais, mencionou a criação do Dia Nacional de Combate ao Bullying e à Violência na Escola, ressaltando a necessidade de ações educativas contínuas. Ainda, associou episódios de violência a contextos mais amplos, incluindo o conflito entre Estados Unidos e Irã e discursos de guerra. Na sequência, criticou práticas que incentivam a intolerância, a desigualdade e a degradação social. Por fim, defendeu o papel do Parlamento no enfrentamento da violência e na promoção de uma sociedade mais justa e solidária.

**Helder Salomão (PT - ES)** - O Deputado defendeu a comparação entre gestões recentes no Brasil, com foco em políticas públicas e indicadores sociais. Por outro lado, criticou o Governo anterior por decisões relacionadas ao salário mínimo, merenda escolar e programas habitacionais. Além disso, apontou o retorno do País ao Mapa da Fome e mencionou dificuldades enfrentadas durante a pandemia, incluindo questões ligadas à vacinação. Também abordou medidas econômicas adotadas no período eleitoral, como alterações fiscais e políticas de combustíveis. Em contrapartida, destacou ações do Governo Federal a partir de 2023, com ênfase na retomada de investimentos sociais, valorização da renda e propostas de justiça tributária.

**Zé Neto (PT - BA)** - O Deputado destacou a presença de representantes do comércio da Bahia e chamou atenção para a crise enfrentada por pequenos e microempreendedores. Nesse sentido, ressaltou a importância do varejo físico na geração de emprego e renda, apesar do crescimento do comércio digital. Além disso, defendeu medidas para garantir equilíbrio tributário entre pequenos negócios e grandes plataformas de *marketplace*. Ademais, informou articulações com órgãos do Governo Federal e entidades do setor para buscar soluções sem aumento de impostos. Por fim, enfatizou a necessidade de fortalecer o comércio local como base para a manutenção da atividade econômica e da geração de empregos no País.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado destacou sua atuação em defesa dos aposentados, mencionando iniciativas e projetos voltados à ampliação de direitos. Por sua vez, lembrou a antecipação do 13º salário durante a pandemia e a continuidade da medida no Governo posterior, incluindo o cronograma



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

previsto para 2026. Além disso, avaliou positivamente a antecipação, mas defendeu a criação e o pagamento de um 14º salário como forma de compensação aos aposentados. Ademais, argumentou que esse grupo teve papel relevante no sustento familiar durante a crise sanitária. Por fim, reiterou cobrança ao Governo Federal e reafirmou compromisso com a pauta.

**Luiz Carlos Hauly (PODE - PR)** - O Deputado anunciou a posse do novo Presidente do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS), destacando o evento no Congresso Nacional. Em seguida, ressaltou a relevância da reforma tributária, apontando a criação do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) como marco estrutural para a economia brasileira. Além disso, explicou que o comitê terá papel na integração entre União, Estados e Municípios na implementação do novo sistema. Ademais, mencionou que o modelo já passa por fase de testes antes da entrada em vigor. Por fim, parabenizou o novo dirigente e os representantes das secretarias de Fazenda que integram o Comitê Nacional de Secretários de Fazenda, Finanças, Receita ou Tributação dos Estados e do Distrito Federal (COMSEFAZ).

**Socorro Neri (PP - AC)** - A Deputada defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 383, de 2017, destacando a importância de garantir financiamento mínimo para o Sistema Único de Assistência Social. Nesse contexto, argumentou que a proposta assegurava estabilidade e previsibilidade para políticas voltadas à população em situação de vulnerabilidade. Além disso, ressaltou o papel do Suas na oferta de serviços essenciais, como Centros de Referência de Assistência Social (Cras), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (Creas) e o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (Paif). Ademais, enfatizou que a assistência social deveria ser tratada como direito do cidadão e dever do Estado, diante das desigualdades existentes no País. Por fim, solicitou apoio dos Parlamentares para a aprovação da matéria.

**Heitor Schuch (PSD - RS)** - O Deputado criticou proposta do Governo Federal de elevar a tributação sobre cigarros para compensar a desoneração de combustíveis, apontando impactos sobre trabalhadores e produtores do setor do tabaco. Por outro lado, argumentou que a medida transferia custos para uma parcela específica da população, incluindo agricultores e industriais. Além disso, alertou para possíveis efeitos negativos, como o aumento do contrabando e o fortalecimento de atividades ilegais. Ademais, questionou a escolha do setor para compensação tributária, mencionando outros segmentos não incluídos na medida. Por fim, manifestou preocupação com os reflexos econômicos e sociais da política anunciada.

**Junio Amaral (PL - MG)** - O Deputado relatou o caso de um cidadão idoso condenado por associação criminosa para golpe de Estado, destacando que a acusação teria se baseado em uma transferência financeira



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

a terceiro. Em seguida, criticou decisões do Judiciário e questionou a proporcionalidade da pena aplicada. Além disso, apontou omissão do Congresso Nacional no enfrentamento do tema e associou o episódio a um contexto mais amplo de restrições a manifestações políticas. Por fim, manifestou solidariedade ao cidadão e defendeu mudanças no cenário político e institucional.

**Sérgio Turra (PP - RS)** - O Deputado registrou agradecimentos pela assunção ao mandato, destacando apoio do PP, da bancada gaúcha e de eleitores que o elegeram. Por conseguinte, ressaltou a responsabilidade de representar o Rio Grande do Sul em momento considerado decisivo para o País. Além disso, afirmou trajetória política anterior e proximidade com demandas da população. Ademais, declarou atuação como Parlamentar de oposição, com foco em pautas ligadas ao desenvolvimento nacional. Na sequência, enfatizou a defesa do agronegócio e criticou a ausência de representantes do Governo Federal na feira de agronegócio Expodireto Cotrijal. Por fim, reafirmou compromisso com o mandato e com a representação dos eleitores.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado saudou o Deputado Sérgio Turra, recém-empossado, destacando vínculos políticos e pessoais construídos ao longo da trajetória pública. Em seguida, reconheceu o apoio de integrantes da bancada do Rio Grande do Sul pela oportunidade concedida ao novo integrante da Câmara. Além disso, ressaltou a experiência anterior do colega como Deputado Estadual e sua atuação na causa pública. Por fim, manifestou apoio e confiança no desempenho do novo Deputado em sua atuação legislativa.

**Kim Kataguiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado criticou a indicação de Jorge Messias ao Supremo Tribunal Federal pelo Presidente Lula e questionou a atuação do Senado diante da escolha. Cobrou coerência de Senadores que haviam defendido o impeachment de Ministro da Corte, mas que, segundo ele, não demonstraram a mesma postura em votações. Por fim, cobrou posicionamento claro dos Senadores quanto ao enfrentamento de temas ligados ao Supremo.

**Any Ortiz (CIDADANIA - RS)** - A Deputada registrou boas-vindas ao Deputado Sérgio Turra na Câmara dos Deputados e relembrou a atuação conjunta de ambos na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul por oito anos. Destacou a parceria em pautas voltadas ao Estado e avaliou que o Deputado terá papel relevante no Parlamento, com atuação combativa. Ao final, expressou satisfação pessoal com a chegada de Sérgio Turra à Casa e desejou êxito no mandato como Deputado Federal.

**Pedro Westphalen (PP - RS)** - O Deputado destacou a posse do Deputado Sérgio Turra como um momento de relevância histórica, ressaltando sua trajetória e a herança política familiar. Também cumprimentou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

lideranças do Progressistas, citando o Deputado Covatti Filho e a Deputada Any Ortiz, e associou a chegada de Turra ao fortalecimento do partido em Brasília e no Rio Grande do Sul. Ao final, deu boas-vindas ao novo integrante da Câmara e relacionou sua atuação às demandas do Estado.

**Capitão Alberto Neto (PL - AM)** - O Deputado afirmou que o Senado Federal se omitiu diante de decisões atribuídas ao Ministro Alexandre de Moraes e cobrou atuação da Casa. Criticou condenações judiciais e mencionou denúncias envolvendo o Ministro, associando-as a impactos sobre cidadãos e à credibilidade das instituições. Também defendeu a necessidade de reação política contra o que classificou como abusos e convocou colegas a adotarem posição mais firme. Ao final, afirmou que a atuação do Senado seria determinante para conter excessos e preservar a democracia.

#### ORDEM DO DIA

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 104, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 214 de 16 de janeiro de 2025, incluindo a sardinha em conserva na lista de produtos da cesta básica isentos de incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 104, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 214 de 16 de janeiro de 2025, incluindo a sardinha em conserva na lista de produtos da cesta básica isentos de incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 104, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 214 de 16 de janeiro de 2025, incluindo a sardinha em conserva na lista de produtos da cesta básica isentos de incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 104, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 214 de 16 de janeiro de 2025, incluindo a sardinha em conserva na lista de produtos da cesta básica isentos de incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Hildo Rocha (MDB - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 104, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 214 de 16 de janeiro de 2025, incluindo a sardinha em conserva na lista de produtos da cesta básica isentos de incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

**Daniel Almeida (PCdoB - BA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 104, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 214 de 16 de janeiro de 2025, incluindo a sardinha em conserva na lista de produtos da cesta básica isentos de incidência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS).

**Pedro Lupion (REPUBLICANOS - PR)** - O Deputado defendeu a aprovação de requerimento de urgência para apreciação do Projeto de Lei Complementar nº 104, de 2025, em discussão. Afirmou que o item constava no texto durante a votação da reforma, mas um problema de redação teria prejudicado o setor pesqueiro. Também mencionou a atuação da Frente Parlamentar da Pesca e do Deputado Luiz Nishimori no tema.

**Otoni de Paula (PSD - RJ)** - O Deputado solicitou a votação de requerimento de moção de repúdio a declarações atribuídas ao Presidente Donald Trump sobre o povo iraniano. Classificou o tema como questão de caráter civilizatório e defendeu posicionamento da Câmara em defesa da vida e da democracia.

**Luiz Carlos Hauly (PODE - PR)** - O Deputado alertou para os impactos do Projeto de Lei Complementar nº 104, de 2025, que altera a regulamentação da reforma tributária, ao tratar da inclusão da sardinha na cesta básica com isenção de IBS e CBS. Também apontou que a iniciativa representaria a primeira modificação na lógica do IVA após a aprovação da Lei Complementar nº 214, de 2025, e mencionou a instalação do comitê gestor como fator a ser considerado.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de lei nº 3.984, de 2025, que institui a Lei da Dignidade Sexual; altera o Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), a Lei nº 7.210/1984 (Lei de Execução Penal), a Lei nº 8.069/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), a Lei nº 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos), a Lei nº 10.406/2002 (Código Civil), e dá outras providências.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado destacou a relevância do Projeto de lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança. Mencionou a mobilização de entidades do setor para levar o tema ao plenário e associou a iniciativa ao papel da arte na sociedade. Também ressaltou a contribuição da dança na expressão cultural e na transmissão de valores à população.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Ana Pimentel (PT - MG)** - A Deputada destacou a votação como um momento histórico para o reconhecimento dos profissionais da dança no País. Também ressaltou a importância da valorização da categoria pela Câmara dos Deputados e apontou a necessidade de ampliar o reconhecimento às áreas de cultura e arte.

**Ana Pimentel (PT - MG)** - A Deputada destacou a aprovação da urgência para apreciação do Projeto de lei nº 4.913, de 2025, que garante direito relacionado ao acompanhamento de crianças em atendimentos médicos. Cumprimentou o Deputado Alencar Santana pela iniciativa e apontou que a medida beneficiou famílias, em especial mães, que assumem esse cuidado. Também afirmou que a garantia de atestado médico contribuiu para a proteção da saúde infantil e para a segurança das responsáveis.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

**Padre João (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, que altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, para dispor sobre o recebimento dos pedidos de pagamento e da identificação dos beneficiários, estabelece regras de preservação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador e dá outras providências.

**Ribeiro Neto (PRD - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, que altera a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal, para dispor sobre o recebimento dos pedidos de pagamento e da identificação dos beneficiários, estabelece regras de preservação financeira do Fundo de Amparo ao Trabalhador e dá outras providências.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, afirmou que benefícios sociais têm sido utilizados com desvio de finalidade, sustentando que recursos são direcionados indevidamente por meio de associações investigadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e apontando denúncias envolvendo Ministros do Supremo Tribunal Federal e Lulinha, filho do Presidente Lula.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

**Ana Pimentel (PT - MG)** - A Deputada orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

**José Guimarães (PT - CE)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

**Cleber Verde (MDB - MA)** - O Deputado defendeu a aprovação do Projeto de Lei de Conversão (PLV) nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, destacou a importância do texto aprovado na Comissão Mista, ressaltando o papel de associações, cooperativas, sindicatos e colônias de pescadores na identificação dos beneficiários. Além disso, defendeu a celebração de acordos de cooperação técnica com o Ministério do Trabalho, sustentando que essas entidades podem auxiliar no combate a fraudes e na correta identificação dos pescadores aptos ao recebimento do seguro-defeso.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado encaminhou a votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, criticou o credenciamento de pescadores por entidades representativas da pesca artesanal, alertando para as fraudes investigadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), que inclusive apontou o envolvimento de Lulinha, filho do Presidente Lula, e de familiares de Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

**Sidney Leite (PSD - AM)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

**Julia Zanatta (PL - SC)** - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, registrou seu voto contrário à Medida Provisória e a vinculou a uma tentativa de empoderar certas entidades em ano eleitoral para fazer campanha para o Presidente Lula.

**Padre João (PT - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, sustentou que o Partido Novo e o Partido Liberal querem criminalizar as associações de pescadores profissionais.

**Ribeiro Neto (PRD - MA)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, registrou seu voto contrário.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, defendeu as entidades pesqueiras tradicionais e o combate às fraudes ao seguro-defeso.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal.

**Carlos Jordy (PL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, responsabilizou o



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

Partido dos Trabalhadores (PT) pelo conluio com diversas entidades sindicais envolvidas nas fraudes investigadas pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

**Evair Vieira de Melo (PP - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, afirmou que entidades sindicais e associações lideraram o roubo de aposentados investigado pela Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e sustentou que a base do Governo Lula busca fortalecê-las para ampliar o crime contra pescadores.

**Ana Pimentel (PT - MG)** - A Deputada criticou o voto contrário ao Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, afirmou que os Parlamentares contrários votam contra os pescadores e os trabalhadores, sustentando que a proposição é essencial para garantir renda no período de proteção ambiental e para assegurar a organização da categoria e o abastecimento alimentar.

**Dr. Victor Linhalis (PODE - ES)** - O Deputado orientou a bancada na votação da expressão "ou entidade representativa da pesca artesanal credenciada", contida no inciso II do § 1º do art. 7º do Projeto de Lei de Conversão nº 1, de 2026, apresentado à Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Ademais, afirmou que seu mandato parlamentar defende os pescadores e destacou a apresentação de abaixo-assinado, apoiado pelas associações de colônias de pesca do Espírito Santo, ao Ministro do Trabalho, cobrando o pagamento do seguro-defeso aos pescadores e marisqueiras, além do seguro-desemprego.

**Fernanda Melchionna (PSOL - RS)** - A Deputada, em seu nome e das Deputadas Sâmia Bomfim e Heloísa Helena, declarou voto contrário à Medida Provisória nº 1.303, de 2025, que dispõe sobre a tributação de aplicações financeiras e ativos virtuais no País e dá outras providências, sustentando que a proposta limitava o seguro-defeso e outros benefícios previdenciários ao orçamento, criticando sua vinculação ao arcabouço fiscal e a uma lógica de ajuste fiscal em detrimento dos trabalhadores. Ademais, posicionou-se



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

contrariamente ao mérito nas votações nominais da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal,

**Ana Pimentel (PT - MG)** - A Deputada discutiu a Emenda do Senado Federal ao Projeto de Lei nº 7.536, de 2010, que institui o Dia Nacional da Capoeira.

**Márcio Marinho (REPUBLICANOS - BA)** - O Deputado expressou honra pela aprovação unânime do Projeto de Lei nº 7.536, de 2010, de sua autoria, parado há quase 10 anos no Congresso Nacional, que institui o Dia Nacional do Capoeirista. Reconheceu a capoeira como esporte, cultura e disciplina, fortalecendo o segmento no Brasil e no mundo. Agradeceu ao Presidente da Câmara dos Deputados pela pauta e à Deputada Benedita da Silva, da Bancada Negra, pela luta. Defendeu, ainda, aposentadoria para capoeiristas, que mantêm acesa a cultura centenária do País, mas carecem de sustento ao envelhecerem.

**Ana Pimentel (PT - MG)** - A Deputada discutiu o Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança.

**Kim Kataguri (MISSÃO - SP)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança.

**Lídice da Mata (PSB - BA)** - A Deputada pediu apoio unânime à aprovação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança, que tramita há quase 10 anos no Congresso Nacional. Informou que foi relatora do projeto ainda quando Senadora, mas também relatou a proposição na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, onde foi feito acordo para aprovação por todos os partidos. Destacou a luta dos profissionais da área, a pioneira escola superior pública de dança na América Latina na Bahia, liderada pela Professora Dulce Aquino, e a expressão cultural do povo brasileiro por meio da dança. Por fim, agradeceu às lideranças pela urgência e ao Presidente Hugo Motta pela pauta.

**Maurício Marcon (PL - RS)** - O Deputado orientou a votação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança. Além disso, ressaltou a atuação dos Deputados Federais na aprovação do Dia Nacional da Capoeira (Projeto de Lei nº 7.536, de 2010) e na votação do ofício do



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

profissional da dança. Contrastou com o Ministro Alexandre de Moraes, que, segundo *O Estadão*, acumula 21 milhões em imóveis apesar de receber salário equivalente ao de um Deputado. Propôs, ainda, paralisar o Congresso até a saída do Ministro do Supremo Tribunal Federal.

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado orientou a votação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança. Além disso, criticou a extrema direita e o Partido Liberal (PL) pela votação contrária à proposição.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado, durante a votação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança, enfatizou que a educação constitui o elemento mais relevante para a formação humana e a valorização das novas gerações. Ademais, associou educação à cultura, identificando a dança como cultura e educação. Relatou ter aprendido educação e cultura nos Centros de Tradições Gaúchas por meio das danças gaúchas. Enfatizou que a educação e cultura emancipam, melhoram a vida, proporcionam qualidade de vida, dignidade e uma existência superior.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a votação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança.

**Lídice da Mata (PSB - BA)** - A Deputada orientou a votação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança.

**Marcel van Hattem (NOVO - RS)** - O Deputado orientou a votação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança.

**Kim Katagiri (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a votação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado orientou a votação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança. Além disso, afirmou não compreender a oposição de Partido Liberal (PL) e do NOVO à proposição, acusando-os de deixarem crianças nas ruas sem espaços de dança.

**Alfredo Gaspar (UNIÃO - AL)** - O Deputado afirmou que o Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança, foi feito sob medida para o Presidente Lula, que fazia o Brasil "dançar" na corrupção, inflação, juros altos e falta de perspectiva, assim como o filho dele que meteu a mão no



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

dinheiro dos aposentados e pensionistas. Dessa forma, ressaltou que essa "dança" generalizada, provocada por Lula em detrimento do povo honesto brasileiro, merece um sonoro "não".

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado orientou a votação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada orientou a votação do Projeto de Lei nº 4.768, de 2016, que dispõe sobre o ofício de profissional da dança.

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado criticou a guerra de Trump e as privatizações de Bolsonaro na BR Distribuidora e Refinaria Landulpho Alves, que elevaram preços dos combustíveis em 76%. Destacou medidas de Lula contra inflação nos combustíveis: 30 bilhões de reais em isenções de PIS/COFINS, edição da Medida Provisória permitindo mais subsídio, mais subvenção sobre o preço do óleo diesel importado, com previsão de endurecimento nas fiscalizações. Ressaltou também a parceria do Governo Federal e Governos estaduais. Por fim, defendeu reestatização, soberania da Petrobras e paz.

**José Nelto (UNIÃO - GO)** - O Deputado apelou ao Líder do Governo, prestes a ser Senador, e ao Presidente da Câmara dos Deputados para pautar projeto de securitização de dívidas de pequenos e médios produtores rurais e agronegócio, assim como para perdoar parte das dívidas, à semelhança do aprovado no Governo Fernando Henrique Cardoso, que baixava juros e alongava prazos. Ademais, assinalou que o Brasil registra os juros mais caros do planeta, com agricultura e pecuária em crise, produtores vendendo propriedades e bancos como Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal tomando fazendas, o que ameaça o abastecimento de alimentos, sem ações do Governo ou da Casa.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado assinalou grave crise na saúde pública no Estado do Pará, abrangendo cidades como São Félix do Xingu, Tucumã, Ourilândia do Norte, Água Azul do Norte e Xinguara, com cerca de 200 mil habitantes. Apontou abandono pelo ex-Governador Helder Barbalho, com médicos e funcionários sem salário há dois meses e hospital regional de Ourilândia do Norte fechado em greve, inclusive a única médica pediátrica. Por fim, cobrou providências da Governadora Hana, ante dívida estadual de 25 bilhões de reais e saúde precária.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o Governo Lula ao afirmar que houve comemoração pela rejeição de relatório na CPMI dos descontos dos aposentados do INSS. Destacou que a CPMI havia conseguido quebrar o sigilo do filho do Presidente Lula, descobrindo que ele recebia mensalmente 300 mil



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

reais. Ademais, ressaltou que o irmão do Presidente é uma das lideranças dos sindicatos que realizaram os descontos indevidos contra aposentados. Por fim, sustentou que o roubo contra aposentados explodiu no Governo Lula 3 e afirmou que é importante que a população compreenda a gravidade da situação.

**Da Vitoria (PP - ES)** - O Deputado manifestou preocupação com a escalada da violência contra as mulheres no País e citou, no Espírito Santo, o recente assassinato de uma universitária e o da Comandante da Guarda Municipal de Vitória como exemplos da gravidade do cenário. Além disso, defendeu que a Câmara dos Deputados aperfeiçoasse regras e instrumentos legais para não dar privilégios a autores de crimes contra mulheres, e afirmou que apresentou um conjunto de projetos com o objetivo de dar celeridade e assegurar penas mais severas. Por fim, pediu o engajamento da Presidência da Casa e dos demais Parlamentares na defesa da vida e no fortalecimento de penalidades para crimes praticados contra mulheres.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado lamentou o desfecho da CPMI do INSS e afirmou que milhões de brasileiros pobres foram lesados. Criticou a articulação da Esquerda para impedir a votação do relatório e qualificou a CPMI como uma das mais importantes do Brasil na proteção de pessoas pobres que foram lesadas. Além disso, manifestou inconformismo com o impedimento do depoimento do filho do Presidente Lula e assinalou que a rejeição ao relatório evidencia a contradição entre o discurso de honestidade e a conduta política dos envolvidos. Por fim, registrou pesar diante do episódio e destacou que os que votaram contra o relatório mostraram estar envolvidos no esquema.

**Chico Alencar (PSOL - RJ)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 396, de 2007, que dispõe sobre a responsabilidade na transição administrativa, após a proclamação dos resultados eleitorais, e dá outras providências.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei nº 396, de 2007, que dispõe sobre a responsabilidade na transição administrativa, após a proclamação dos resultados eleitorais, e dá outras providências.

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Lafayette de Andrada (PL - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Kim Kataguirí (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal. Além disso, criticou o Presidente Lula, afirmando que o Governo não tem responsabilidade fiscal com o País, e destacou que as estatais estão quebradas, citando como exemplos a Petrobras e os Correios. Por fim, ressaltou que o Governo Lula é marcado por caos administrativo e financeiro e pediu atenção da população brasileira às manobras do Governo.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**José Medeiros (PL - MT)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de retirada de pauta do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Neto Carletto (AVANTE - BA)** - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Neto Carletto (AVANTE - BA)** - O Deputado agradeceu à bancada do Partido Liberal, na pessoa do Deputado Lafayette de Andrada, pela retirada da obstrução e pelo acordo que viabilizou a votação do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado discutiu o Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Lafayette de Andrada (PL - MG)** - O Deputado orientou a bancada na votação do Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados, para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Pedro Uczai (PT - SC)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Tarcísio Motta (PSOL - RJ)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Kim Kataguri (MISSÃO - SP)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal. Além disso, deu as boas-vindas ao novo Comandante-Geral da Polícia Militar do Estado da Paraíba, Coronel Ronildo, que iniciou a carreira como soldado e assumiu o posto máximo da corporação. Relatou relação de longa data com o oficial e destacou sua trajetória na instituição. Também mencionou a atuação da esposa do comandante, integrante do Ministério Público, em pautas institucionais. Apresentou solicitações ao novo gestor, incluindo a articulação junto ao governador para viabilizar promoções atrasadas, com base no tempo de serviço. O Parlamentar apontou a medida como relevante para policiais e bombeiros militares do Estado.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado orientou a bancada na votação do substitutivo ao Projeto de Lei Complementar nº 109, de 2025, que dispõe sobre o acesso da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) às informações fiscais dos agentes regulados para fins de fiscalização e regulação do setor, nos termos do art. 145, § 1º, da Constituição Federal. Fez apelo ao Governador da Paraíba para atender demandas da segurança pública e informou ter solicitado audiência por meio de seu gabinete na Câmara dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

Deputados. Afirmou que a área enfrentou dificuldades ao longo de 16 anos de gestão anterior, citando falta de efetivo, carência de condições de trabalho, delegacias fechadas e unidades prisionais em situação precária. Também mencionou a situação dos agentes socioeducativos. Reiterou o pedido de diálogo com o governo estadual para apresentação das demandas e defendeu que medidas da administração poderiam alterar o cenário da segurança pública no Estado.

### BREVES COMUNICAÇÕES

**Jandira Feghali (PCdoB - RJ)** - A Deputada registrou o Dia Mundial da Saúde, celebrado em 7 de abril, e informou a realização de audiência pública no auditório Nereu Ramos pela Comissão de Saúde. Destacou o debate sobre controle social, participação popular e a trajetória do Sistema Único de Saúde (SUS), apontado como o maior sistema universal de saúde e referência internacional. Informou que delegações estrangeiras buscaram conhecer a experiência brasileira prevista na Constituição, com foco na universalidade, integralidade e equidade. Afirmou que o SUS resistiu a diferentes desafios ao longo do tempo e reafirmou que a saúde é direito de todos e dever do Estado, com o controle social como elemento relevante para seu avanço.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado fez apelo à Mesa Diretora para a realização de sessão conjunta do Congresso Nacional, com o objetivo de analisar vetos pendentes. Afirmou que o calendário legislativo estava atrasado e indicou que reuniões previstas não ocorreram, incluindo as do mês de abril. Informou que a falta de deliberação afetava famílias que aguardavam decisões do Parlamento. Também mencionou críticas a decisões do Judiciário relacionadas aos atos de 8 de janeiro, citando casos que considerou injustos. Defendeu a convocação de sessão conjunta entre Câmara e Senado como resposta às demandas apresentadas e às expectativas da população.

**Charles Fernandes (PSD - BA)** - O Deputado registrou aniversários de emancipação política de Municípios da Bahia, com destaque para Cordeiros, que completou 65 anos, Sebastião Laranjeiras, com 63 anos, e Pindaí, com 64 anos. Parabenizou lideranças locais, gestores e a população, e mencionou parcerias com prefeituras e o Governo estadual. Em relação a Sebastião Laranjeiras (BA), citou ações nas áreas de educação, infraestrutura, saneamento e saúde, além da previsão de conclusão de um hospital. Sobre Pindaí (BA), destacou a construção de escolas na zona rural e outras iniciativas. Também mencionou visitas recentes a Municípios da região e informou agenda para participar das celebrações locais.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Zucco (PL - RS)** - O Deputado informou a realização de evento político no Rio Grande do Sul, previsto para o dia 11, no Parque Harmonia, com a presença de lideranças da Direita. Destacou a participação do Senador Flávio Bolsonaro como pré-candidato à Presidência da República e anunciou o lançamento de pré-candidaturas ao Governo estadual e ao Senado, incluindo nomes para a Câmara e outras funções. Informou que o encontro teve como objetivo mobilizar apoiadores e apresentar propostas para o estado. Também fez convite à população gaúcha para participação no evento.

**Benedita da Silva (PT - RJ)** - A Deputada registrou o Dia Mundial da Saúde e destacou ações do governo federal na área, com menção à ampliação do atendimento médico em periferias e à presença de mais de 12 mil profissionais. Citou investimentos do Novo PAC da Saúde, o custeio de unidades básicas e programas voltados à ampliação de serviços especializados. Também mencionou iniciativas no Estado do Rio de Janeiro, incluindo novos projetos e equipamentos públicos. Além disso, celebrou o Dia do Jornalista, ressaltando o papel da imprensa na informação, na investigação e no fortalecimento da democracia. Ainda apontou temas como liberdade, valorização profissional e enfrentamento à desinformação.

**Enfermeira Rejane (PCdoB - RJ)** - A Deputada defendeu a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2024, que altera o § 12 do art. 198 da Constituição Federal, para determinar que o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e das parteiras refere-se a uma jornada máxima de trabalho de trinta horas semanais. Relatou que a proposta teve relatoria do Senador Otto Alencar, que acolheu sugestão da categoria para estabelecer jornada de 36 horas semanais. Também destacou a mobilização de profissionais da enfermagem em Brasília para acompanhar a votação. Informou que houve apelo a outros Deputados para articulação junto a senadores, com o objetivo de alterar a ordem da pauta e antecipar a apreciação da proposta no colegiado.

**Delegado Caveira (PL - PA)** - O Deputado apresentou a pré-candidata a Deputada estadual Ellayne D'Almeida pelo Partido Liberal no Pará. Informou que a indicada é empresária e atua junto a segmentos como garimpeiros, produtores rurais e comunidades da região da Transamazônica, com base em Itaituba. Relatou que a pré-candidata vinha se consolidando como liderança local e poderia representar esses setores no estado. Também mencionou apoio político à candidatura e indicou a possibilidade de participação na coordenação de campanha ao Senado.

**Túlio Gadêlha (PSD - PE)** - O Deputado solicitou apoio para a tramitação do Projeto de Lei nº 5.312, de 2016, que altera o art. 9º-A da Lei nº 11.530, de 5 de outubro de 2006, para dispor sobre a redução da jornada de trabalho dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Destacou



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

que a proposta previa carga horária de 30 horas semanais, com base nas condições de trabalho da categoria. Informou que apresentou requerimento de urgência e que o tema chegou a ser incluído na pauta, mas foi retirado. Também relatou pedido feito na reunião de Líderes e defendeu articulação entre parlamentares para avançar na votação da matéria e atender às demandas dos profissionais da atenção básica.

**Lucio Mosquini (PL - RO)** - O Deputado fez apelo à Justiça Federal de Rondônia para que analise a revisão do preço do pedágio na BR-364. Informou que o cálculo atual considerou o fluxo de veículos registrado em 2020, durante a pandemia, o que resultou em valor de 19 centavos por quilômetro. Relatou que o tráfego na rodovia dobrou desde então, tornando o valor inadequado. Destacou que o processo de revisão tramita na Justiça Federal e solicitou celeridade na decisão para corrigir o que considerou um erro na base de cálculo original.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou o andamento de obras de infraestrutura no Estado da Paraíba, destacando a triplicação da BR-230, que não avançou desde o início do Governo federal atual. Também mencionou dois viadutos que estariam sendo concluídos, apontando atraso e problemas estruturais, incluindo desmoronamento parcial durante chuvas recentes. Relatou que o Ministro responsável teria atribuído a culpa por atrasos ao Governo anterior. Afirmou que os fatos configuram desrespeito à população paraibana e questionou prazos de entrega prometidos pelas autoridades.

**Bohn Gass (PT - RS)** - O Deputado criticou políticas de preços de combustíveis adotadas nos Governos anteriores, afirmando que medidas como o Preço de Paridade de Importação (PPI) e a privatização da BR Distribuidora contribuíram para aumento de custos e falta de regulação no setor. Defendeu que a intervenção do Estado é necessária para controlar os preços e destacou ações do Governo atual para reduzir impactos da guerra internacional e da alta de insumos, como fertilizantes, sobre a população e o agronegócio. Ressaltou que a retomada de políticas públicas voltadas à produção e à regulação ajudou a limitar a elevação dos preços no País. Concluiu afirmando que a reestatização dos postos BR é uma medida essencial para proteger consumidores e produtores.

**Gilson Daniel (PODE - ES)** - O Deputado fez registro da realização do 2º Circuito Esportivo Ribeirão, ocorrido em Afonso Cláudio (ES) no final de março. Destacou a organização do evento pela empreendedora Aparecida Breda, que coordenou as atividades esportivas e reuniu participantes de Municípios vizinhos e de outros Estados. Informou que o circuito contou com diversas modalidades esportivas e promoveu integração entre famílias da cidade e região. Ressaltou a importância de reconhecer a atuação de Aparecida Breda na realização de eventos de relevância para a comunidade local.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Mauro Benevides Filho (PDT - CE)** - O Deputado informou que o Senado Federal votará a Proposta de Emenda à Constituição nº 19, de 2024, que altera o § 12 do art. 198 da Constituição Federal, para determinar que o piso salarial dos enfermeiros, técnicos de enfermagem, auxiliares de enfermagem e das parteiras refere-se a uma jornada máxima de trabalho de trinta horas semanais. Explicou que a proposta define 36 horas semanais, considerando viabilidade orçamentária, e não as 30 horas inicialmente defendidas pela categoria. Destacou sua contribuição na formulação do projeto e mencionou ser autor da emenda constitucional que garantiu R\$ 10,6 bilhões para o pagamento do piso salarial da enfermagem. Pediu que colegas e a sociedade acompanhassem a votação na Comissão de Constituição e Justiça, ressaltando que a medida seguirá para apreciação no Plenário do Senado e, posteriormente, na Câmara dos Deputados.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado comparou os preços de combustíveis entre os Governos anteriores e o atual, destacando que, durante a gestão do ex-Presidente Bolsonaro, o preço do barril de petróleo chegou a 133 dólares e o teto do combustível foi inferior ao praticado atualmente, mesmo com o barril cotado a 110 dólares. Questionou a capacidade do Governo federal de controlar os valores nas bombas e cobrou explicações sobre a elevação dos preços para a população. Ressaltou que a situação atual representa um aumento real dos custos em relação ao período anterior, e encerrou seu pronunciamento pedindo reflexão sobre os impactos dessa diferença para os brasileiros.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado convocou a população para participar do evento político “Acorda, Goiás!” em Goiânia (GO), organizado pelo Deputado Gustavo Gayer. Na oportunidade, destacou o apoio à pré-candidatura de Gayer ao Senado e incentivou a presença do público no evento.

**Pompeo de Mattos (PDT - RS)** - O Deputado criticou o uso da alienação fiduciária no financiamento agrícola, afirmando que esse modelo transfere a propriedade dos bens para os bancos e expõe agricultores a perderem terras, máquinas e equipamentos em caso de inadimplência. Explicou que, diferentemente de outros tipos de garantia, a alienação fiduciária coloca o patrimônio no nome da instituição financeira, o que pode levar à perda total dos bens em caso de frustração de safra. Por fim, defendeu a proibição desse tipo de financiamento na agricultura e afirmou que a prática prejudica produtores rurais, podendo comprometer a continuidade da produção agrícola.

**Dr. Jaziel (PL - CE)** - O Deputado registrou a aprovação da Medida Provisória nº 1.323, de 2025, que altera a Lei nº 10.779, de 2003, que dispõe sobre a concessão do benefício de seguro-desemprego, durante o período de defeso, ao pescador profissional que exerce a atividade pesqueira de forma artesanal. Destacou que o benefício é importante para apoiar pescadores durante o período em que a atividade é proibida. No entanto,



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

criticou a participação de entidades intermediárias no processo de concessão do benefício, afirmando que isso pode abrir espaço para irregularidades e fraudes. Por fim, defendeu que o acesso ao benefício seja direto para os pescadores, sem intermediação, e manifestou protesto contra o modelo adotado.

**Sargento Portugal (PODE - RJ)** - O Deputado informou a realização de uma reunião com o novo secretário da Polícia Militar do Rio de Janeiro para tratar de demandas da categoria, como escala de serviço, regulamentações pendentes, aproveitamento de aprovados em concurso e melhorias nas condições de trabalho. Criticou problemas estruturais na segurança pública, como viaturas sucateadas, baixos salários, carga horária excessiva e dificuldades enfrentadas por policiais afastados de suas regiões de origem. Também mencionou a necessidade de discutir recomposição salarial, previdência, piso nacional da categoria e políticas voltadas aos profissionais de segurança. Por fim, defendeu maior valorização dos policiais, afirmando que a segurança pública deve ser prioridade e que é preciso garantir melhores condições para os profissionais que atuam na área.

**Cabo Gilberto Silva (PL - PB)** - O Deputado criticou a atuação do Congresso Nacional na área de segurança pública, afirmando que há discursos, mas falta ação concreta. Disse que o Parlamento foi omissivo ao não avançar com a Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, que altera os art. 21, art. 22, art. 23, art. 24 e art. 144 da Constituição, para dispor sobre competências da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios relativas à segurança pública, a denominada PEC da Segurança Pública, e destacou que os profissionais da área continuam sem piso salarial nacional, ao contrário de outras categorias. Por fim, apontou as más condições de trabalho e os baixos salários enfrentados pelos agentes de segurança, defendendo maior valorização da categoria.

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado informou a destinação de recursos para a saúde em Municípios de Rondônia. Detalhou que Ariquemes (RO) receberá 10 milhões de reais, Cacoal (RO) 8 milhões, Rolim de Moura (RO) 7 milhões, Ouro Preto do Oeste (RO) cerca de 5 milhões e São Francisco do Guaporé (RO) aproximadamente 1,5 milhão, todos voltados principalmente para a realização de cirurgias e redução de filas. Também destacou que Porto Velho (RO) já recebeu 42 milhões de reais em recursos para a saúde no ano anterior. Por fim, afirmou que a saúde deve ser prioridade e que os investimentos buscam melhorar a qualidade de vida da população do Estado.

**Eli Borges (PL - TO)** - O Deputado comparou os Governos de Jair Bolsonaro e Luiz Inácio Lula da Silva no contexto dos preços dos combustíveis e da política energética. Afirmou que, durante o Governo Bolsonaro, mesmo com pandemia e guerra, o preço do petróleo chegou a níveis mais altos, mas o valor dos combustíveis



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

teria sido mantido mais baixo, indicando maior eficiência na gestão. Criticou Governos anteriores do Partido dos Trabalhadores (PT) por não ampliarem a capacidade de refino no País, destacando que o Brasil exporta petróleo bruto e importa refinado. Por fim, questionou a gestão de estatais como a Petrobras e os Correios em períodos anteriores e elogiou a condução do Governo Bolsonaro.

**Rodrigo da Zaeli (PL - MT)** - O Deputado registrou a presença de visitantes de Rondonópolis (MT) na Câmara dos Deputados e deu boas-vindas ao grupo. Em seguida, comentou uma notícia sobre o consumo de carne de paca em um evento ligado ao casal presidencial, levantando questionamentos sobre a origem do animal. Afirmou que o tema estaria sendo usado para desviar a atenção de problemas econômicos do País, como o pagamento de juros elevados da dívida pública, o alto nível de endividamento em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) e o prejuízo registrado por estatais no início do ano.

**Coronel Chrisóstomo (PL - RO)** - O Deputado criticou o Governo Federal ao comentar repercussões sobre o consumo de carne de paca, classificando a situação como negativa e destacando o alto custo do alimento. Também afirmou ter criado a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar fraudes contra aposentados e pensionistas, alegando irregularidades envolvendo pessoas ligadas ao Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Por fim, manifestou apoio político a Jair Bolsonaro e a seu grupo político, afirmando que haverá mudança no cenário político.

**Paulo Marinho Jr (PL - MA)** - O Deputado relatou visita à Secretaria de Segurança Pública do Maranhão e destacou a atuação da Coronel Augusta, ressaltando sua competência e desafios no combate à violência. Apontou o avanço das facções criminosas no Estado, mencionando a presença de grupos como PCC e Comando Vermelho e a utilização de pichações como forma de marcação territorial. Também afirmou que o Maranhão tem se tornado rota do tráfico internacional de drogas. Além disso, criticou a falta de prioridade política para temas como segurança, emprego e combate à pobreza, destacando problemas como violência, desemprego e alta carga tributária. Por fim, defendeu a necessidade de medidas firmes, cooperação institucional e ações concretas para enfrentar a criminalidade, afirmando que a população está cansada da falta de segurança no cotidiano.

**Fabio Garcia (UNIÃO - MT)** - O Deputado anunciou o retorno ao mandato na Câmara após cerca de três anos como Secretário-Chefe da Casa Civil de Mato Grosso. Destacou que, nesse período, participou de um Governo que reorganizou as finanças do Estado e ampliou investimentos, citando obras como o Hospital Central, a solução para a BR-163 e a concessão de uma ferrovia estadual. Afirmou que atuou em diálogo com Prefeitos e lideranças de todos os Municípios, independentemente de posição política, com foco em atender



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPE

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

a população. Por fim, disse que retorna ao Congresso com mais experiência para atuar em pautas nacionais, criticando a atual condução do País e defendendo medidas para retomada do desenvolvimento econômico, geração de empregos e responsabilidade com os gastos públicos.

**Sargento Gonçalves (PL - RN)** - O Deputado destacou a segurança pública como uma das principais preocupações no Estado do Rio Grande do Norte e defendeu a valorização dos profissionais da área, incluindo policiais e bombeiros. Criticou a não realização de processo seletivo para o curso de habilitação de oficiais da Polícia Militar prometido pelo Governo Estadual e afirmou ter disponibilizado recursos para viabilizar essa seleção. Também se colocou à disposição para destinar verbas visando a convocação de aprovados em concurso da Polícia Militar. Por fim, reforçou que investir em segurança pública é essencial para proteger a população e reduzir a violência.

**Ivoneide Caetano (PT - BA)** - A Deputada relatou a participação na entrega de novas unidades do projeto “Jogo do Espelho”, em Salvador (BA). Explicou que a iniciativa utiliza uma abordagem lúdica para conscientizar sobre a violência contra a mulher, ajudando a identificar situações de abuso e orientando sobre como buscar apoio na rede de proteção. Parabenizou a criadora do projeto, a Tenente-Coronela Denice Santiago, e o Secretário de Segurança Pública da Bahia, Marcelo Werner, pela implementação da ação. Por fim, destacou que a presença de mulheres em espaços de decisão contribui para a criação de políticas públicas voltadas à proteção e à vida das mulheres.

**Reimont (PT - RJ)** - O Deputado criticou uma declaração atribuída ao Presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, sobre a possibilidade de destruição de uma nação, classificando a fala como grave e desumana. Afirmou que setores da direita brasileira, incluindo Flávio Bolsonaro e outros membros da família Bolsonaro, apoiariam Trump e poderiam adotar posicionamentos semelhantes. Além disso, alertou para riscos de alinhamento do Brasil a esse tipo de postura e defendeu a soberania nacional. Por fim, elogiou o posicionamento do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por não se alinhar às posições dos Estados Unidos em temas internacionais.

**Josivaldo JP (PSD - MA)** - O Deputado fez uma reflexão sobre o significado da Páscoa, destacando a morte e a ressurreição de Jesus Cristo como símbolo de esperança e vida. Mencionou passagens bíblicas, como a ressurreição ao terceiro dia e o episódio dos discípulos no caminho de Emaús, para ilustrar que, mesmo em momentos de preocupação e tristeza, a fé deve ser mantida. Concluiu reforçando a mensagem de esperança, afirmando que Jesus está presente mesmo nos momentos difíceis, e desejou uma feliz Páscoa ao povo brasileiro.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC)** - O Deputado criticou a atuação da primeira-dama Janja da Silva, mencionando visitas a imóveis de alto padrão e classificando a conduta como desconectada da realidade econômica do país. Apontou também gastos com viagens internacionais, hospedagens e aquisição de itens de alto valor, além de questionar um episódio envolvendo a preparação de carne de paca, destacando falta de transparência sobre a origem do produto. Além disso, defendeu que há indefinição no papel institucional da primeira-dama, afirmando que sua atuação mistura funções sem atribuição formal, o que geraria conflitos e críticas ao Governo Lula. Concluiu dizendo que é necessário alinhar discurso de austeridade com práticas do Governo e cobrar maior sobriedade e definição de responsabilidades no núcleo presidencial.

**Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO)** - O Deputado fez um balanço de seu mandato, destacando a realização de um evento de prestação de contas que reuniu Prefeitos, lideranças políticas e representantes da sociedade. Ressaltou a presença de autoridades estaduais, dentre elas o Governador Wanderlei Barbosa, e afirmou que o encontro demonstrou apoio político baseado em diálogo, parceria e resultados. Afirmou que sua atuação parlamentar tem sido marcada pela defesa dos interesses do Tocantins, com envio de recursos e apoio a projetos estruturantes. Concluiu dizendo que seu trabalho se baseia em compromisso com a população, construção de parcerias e foco em ações concretas para o desenvolvimento do Estado.

**Laura Carneiro (PSD - RJ)** - A Deputada apresentou o Projeto de Lei 4.334, de 2016, que obriga os fornecedores de mapas para dispositivos de sistemas de posicionamento global (GPS) a oferecerem o recurso de alerta ao usuário em caso de aproximação de áreas com elevado índice de criminalidade ou consideradas de alto risco. Explicou que a proposta busca aumentar a segurança dos motoristas, já que os aplicativos atualmente priorizam rotas mais rápidas sem considerar riscos. Defendeu a integração de dados oficiais de segurança pública aos aplicativos, permitindo alertas visuais e sonoros antes da entrada em regiões perigosas. Por fim, informou que o projeto já foi aprovado na Câmara e aguarda análise no Senado para se tornar lei.

**Capitão Alberto Neto (PL - AM)** - O Deputado fez uma reflexão sobre o significado da Páscoa, destacando-a como símbolo universal de renovação, esperança e recomeço. Relacionou a data a diferentes tradições e afirmou que ela representa a superação de dificuldades, a reconstrução após perdas e a crença de que momentos difíceis podem ser transformados. Ressaltou que a esperança exige coragem e que a mensagem da Páscoa é especialmente relevante em um contexto de crises e conflitos no mundo. Concluiu defendendo a valorização da compaixão, da solidariedade e das ações concretas em favor do próximo como elementos centrais desse espírito de renovação.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Registro Oficial e Redação Parlamentar – DEREPA

Sumário da Sessão nº 45.2026

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Presencial (AM nº 123/2020)

Data: 07/04/2026

**Luiz Lima (NOVO - RJ)** - O Deputado afirmou que o Brasil enfrenta um alto nível de endividamento das famílias, com aumento de inadimplência e uso de crédito para despesas básicas. Atribuiu esse cenário à política econômica do Governo Lula, citando aumento de gastos públicos, impostos elevados e falta de responsabilidade fiscal. Disse que, como consequência, a população estaria com menor poder de compra e mais dependente de crédito, enfrentando dificuldades financeiras. Por fim, defendeu mudanças na política econômica, com foco em responsabilidade fiscal, redução de impostos e incentivo à geração de emprego e renda.

#### **ENCERRAMENTO**